

## **Projeto de Lei n. 26/2025, de 10 de Novembro de 2025**

*Institui o Programa Municipal de Incentivo à Instalação e Manutenção de Empresas no Município de Marcelino Vieira-RN, e dá outras providências”.*

**Hindemberg Pontes de Lima**, Prefeito do Município de Marcelino Vieira-RN, usando das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica Instituído o Programa Municipal de Incentivo à Instalação e Manutenção de Empresas, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, o aumento da geração de empregos, o fortalecimento da economia local e a melhoria da qualidade de vida da população de Marcelino Vieira;

**Art. 2º.** O Programa destina-se a microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais que se instalarem ou mantiverem atividade econômica no Município;

**Art. 3º.** O incentivo previsto nesta Lei constituirá na concessão de auxílio financeiro mensal, em valores definitivos por decreto do Poder Executivo, destinado a custear parcialmente despesas fixas comprovadas:

- I-** Aluguel de Imóvel Comercial;
- II-** Consumo de energia elétrica; e
- III-** Consumo de água.

**Parágrafo Único.** O valor do incentivo não poderá exceder 100% ( cem por cento) do total das despesas comprovadas, observando-se os limites orçamentários e financeiros do Município

**Art. 4º.** Para obtenção do benefício, a empresa deverá:

- I-** Estar regularmente constituída e em funcionamento;
- II-** Manter sede ou filial no território municipal;
- III-** Comprovar regularidade fiscal com o município;
- IV-** Comprovar a geração de no mínimo, 20 (vinte) empregos formais de maneira diretas;
- V-** Firmar termo de compromisso com a prefeitura, comprometendo-se a manter suas atividades por período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.

**Art. 5º.** O incentivo poderá ser concedido pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período, mediante avaliação da Secretaria Municipal de Administração ou Secretaria Municipal de Assistência Social;

**Art. 6º.** A concessão do benefício será precedida de análise técnica e parecer da Secretaria Municipal de Finanças e do Controle Interno, contendo a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, conforme previsto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão á conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 8º.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, disciplinando critérios, procedimentos e documentos necessários para adesão ao Programa.

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira-RN.  
Gabinete do Prefeito, em 10/11/2025.

HINDEMBERG PONTES  
DE LIMA:50292382472

Assinado de forma digital  
por HINDEMBERG PONTES  
DE LIMA:50292382472  
Dados: 2025.11.10 12:32:11  
-03'00'

*Hindemberg Pontes de Lima*  
PREFEITO

## JUSTIFICATIVA e PEDIDO DE URGÊNCIA

O presente Projeto de Lei, tem como objetivo estimular a instalação e manutenção de empresas no município, mediante subsídios parciais de despesas fixas, tais como: aluguel, água e energia elétrica, visando gerar emprego, renda, tributos e desenvolvimento social e econômico local.

A Constituição Federal, em seus Artigos 30, inciso I, 170,182 e 183, confere aos municípios, competência para promover o desenvolvimento econômico e ordenar o pleno emprego, respeitando os princípios da livre iniciativa e da valorização do trabalho humano.

A lei Complementar nº 101/2000 (Lei de responsabilidade fiscal), em seu Art. 14, permite a concessão de incentivos e benefícios desde que previstos em lei específica e acompanhados da estimativa de impacto orçamentário.

A Lei Federal nº 11.107/2005 (que trata dos consórcios públicos) e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Decreto nº 6.047/2007) reforçam a importância da cooperação federativa e da ação municipal no estímulo a economia local, especialmente em municípios de pequeno porte.

Portanto, o presente projeto encontra pleno amparo jurídico e visa dotar o Município de instrumento legal moderno e eficaz para atração e fortalecimento de empreendimentos locais.

Pela justificativa acima e considerando a urgência que o caso requer, solicitamos a apreciação do presente Projeto de Lei em **REGIME DE URGÊNCIA** previsto nos Arts. 153 e 154 do Regimento Interno da Casa, por se tratar de matéria relevante e urgente, com dispensa de emissão de Parecer por parte das Comissões.

Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira-RN.  
Gabinete do Prefeito, em 10/11/2025.

HINDEMBERG  
PONTES DE

LIMA:50292382472

*Hindemberg Pontes de Lima*

PREFEITO

Assinado de forma digital por  
HINDEMBERG PONTES DE  
LIMA:50292382472

Dados: 2025.11.10 12:32:25  
-03'00'



---

## Estudo de Impacto Orçamentário-Financeiro

### "Marcelino Vieira em Desenvolvimento"

#### 1. Análise das Disposições do Projeto de Lei e Seus Potenciais Efeitos Orçamentários

O Projeto de Lei em questão, denominado "Marcelino Vieira em Desenvolvimento", tem como principal objetivo fomentar o desenvolvimento econômico local, incentivar a geração de empregos e fortalecer a economia municipal através da atração e manutenção de empresas.

As disposições do projeto que geram impacto orçamentário direto e indireto são:

- **Instituição do Programa:** O *Art. 1º* estabelece a criação do programa com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, a geração de empregos, o fortalecimento da economia e a melhoria da qualidade de vida.
- **Beneficiários:** O *Art. 2º* especifica que o programa se destina a microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedores individuais que se instalarem ou mantiverem atividades econômicas no município.
- **Natureza do Incentivo:** O *Art. 3º* define que o incentivo será um auxílio financeiro mensal, concedido para custear parcialmente despesas fixas comprovadas, tais como:
  - Aluguel de Imóvel Comercial;
  - Consumo de energia elétrica;
  - Consumo de água.
  - O *Parágrafo Único do Art. 3º* estabelece um limite crucial: "O valor do incentivo não poderá exceder 100% (cem por cento) do total das despesas comprovadas, observando-se os limites orçamentários e financeiros do Município."
- **Condições para Obtenção do Benefício:** O *Art. 4º* lista as exigências, sendo as mais relevantes para o impacto:
  - Comprovar regularidade fiscal com o município;

- Comprovar a geração de, no mínimo, 20 (vinte) empregos formais diretos;
- Firmar termo de compromisso de manter atividades por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses.
- **Prazo do Incentivo:** O *Art. 5º* define que o incentivo poderá ser concedido pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período. Isso indica um compromisso orçamentário de longo prazo.
- **Análise e Parecer Obrigatórios:** O *Art. 6º* é fundamental do ponto de vista contábil e fiscal, ao exigir que a concessão do benefício seja precedida de "análise técnica e parecer da Secretaria Municipal de Finanças e do Controle Interno, contendo a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, conforme previsto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000". Este artigo reforça a necessidade do presente estudo.
- **Fontes de Despesa:** O *Art. 7º* indica que as despesas correrão "à conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário". Isso aponta para a necessidade de alocação de recursos específicos no orçamento municipal.
- **Regulamentação:** O *Art. 8º* determina que o Poder Executivo regulamentará a Lei em 60 dias, estabelecendo critérios, procedimentos e documentos. Essa regulamentação será vital para operacionalizar e detalhar os valores e processos.

#### Potenciais Efeitos Orçamentários:

1. **Despesa Direta (Incentivo Financeiro):** O principal impacto será o desembolso mensal referente ao auxílio de aluguel, água e energia elétrica para as empresas beneficiadas. Esta despesa será uma dotação orçamentária específica.
2. **Despesa Indireta (Administrativa):** Haverá custos operacionais para a gestão do programa, incluindo a análise das solicitações, monitoramento das empresas beneficiadas e emissão de pareceres, envolvendo recursos humanos e materiais das Secretarias de Finanças, Administração e Controle Interno.
3. **Impacto Fiscal Positivo (Indireto):** A geração de novos empregos e o fortalecimento das empresas existentes tendem a aumentar a arrecadação de tributos municipais (como o ISSQN, IPTU para imóveis comerciais, taxas diversas) e a cota-parte do município em tributos estaduais (como o ICMS, que é influenciado pela atividade econômica local). Este é um benefício que pode compensar, em parte, os custos diretos.
4. **Impacto Socioeconômico:** Embora não seja um impacto orçamentário direto em termos de despesa, a geração de empregos e renda contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, o que indiretamente reduz pressões sobre despesas sociais e aumenta a base tributária futura.

---

## 2. Elementos Necessários para uma Estimativa Precisa do Impacto Orçamentário

Para que um estudo de impacto orçamentário-financeiro seja preciso e atenda às exigências da LRF, é fundamental dispor de dados quantificáveis e premissas claras. Os principais elementos a serem considerados são:

### a. Quantidade de Empresas Potencialmente Beneficiadas

Este é um dos pilares da estimativa. A ausência de um número projetado de empresas que aderirão ao programa torna impossível calcular o custo total.

### b. Valores que Serão Destinados a Essas Empresas

Conforme o *Art. 3º*, o auxílio será "em valores definitivos por decreto do Poder Executivo", limitado a 50% das despesas comprovadas. Sem a definição desses valores, o cálculo é inviável.

### c. Outras Variáveis Relevantes que Podem Influenciar o Impacto Orçamentário

Além dos pontos cruciais acima, outras variáveis são essenciais para uma análise completa:

- **Duração Média dos Benefícios:** Embora o prazo máximo seja de 10 anos, é preciso estimar por quanto tempo, em média, as empresas permanecerão no programa e recebendo o benefício. Nem todas as empresas ficarão o período máximo, e algumas podem sair antes.
- **Taxa de Sucesso/Manutenção de Empresas:** Qual a probabilidade das empresas beneficiadas cumprirem o compromisso de 24 meses e se manterem ativas e gerando empregos após esse período? Isso influencia o retorno do investimento e a continuidade do benefício.
- **Custo de Geração de Emprego:** O projeto exige 20 empregos formais. Para um estudo mais aprofundado, poderia-se calcular o custo do incentivo por emprego gerado, para avaliar a eficiência do programa.
- **Custo Administrativo do Programa:**
  - **Pessoal:** Salários de funcionários dedicados à análise, fiscalização e acompanhamento.
  - **Material e Serviços:** Softwares, materiais de escritório, consultorias, divulgação do programa.



- **Projeção de Arrecadação de Tributos:** Estimar o aumento na arrecadação de ISSQN, IPTU e na participação do ICMS em decorrência da atividade das empresas incentivadas. Este é o "lado positivo" do impacto financeiro, que pode mitigar o custo do programa.

### **3. Justificativa da Inviabilidade de Fornecer Valores Exatos e Informações Fundamentais Necessárias**

A precisão de qualquer estimativa financeira depende diretamente da qualidade e completude dos dados de entrada. No caso do Projeto de Lei "Marcelino Vieira em Desenvolvimento", a ausência de informações quantitativas essenciais torna, neste momento, **inviável fornecer valores exatos** para o impacto orçamentário-financeiro.

#### **a. Quais Informações São Necessárias e Por Que São Cruciais**

##### **1. Número de Empresas Beneficiadas (Projeção Anual):**

- **Por que é crucial:** É a base multiplicadora do custo. Sem saber quantas empresas receberão o incentivo, não é possível estimar o total de despesas.

##### **2. Valores Detalhados dos Incentivos por Categoria (Aluguel, Água, Energia):**

- **Por que é crucial:** O Art. 3º do Projeto de Lei afirma que os valores serão "definidos por decreto do Poder Executivo" e limitados a 50% das despesas comprovadas. Até que esse decreto seja publicado ou que haja diretrizes claras sobre os valores a serem subsidiados (seja um teto fixo, um percentual sobre um custo médio ou uma combinação), estamos lidando com variáveis desconhecidas.

##### **3. Estimativa dos Custos Médios das Despesas Elegíveis (Aluguel, Água, Energia) para o Perfil de Empresas Beneficiadas:**

- **Por que é crucial:** Mesmo com o limite de 50%, precisamos saber a base. Uma pequena empresa de serviços tem custos de aluguel e consumo diferentes de uma pequena indústria. Sem entender o perfil de custo médio das empresas que o programa visa atrair, não se pode aplicar o percentual de 50% de forma significativa.

#### **b. Como a Ausência Dessas Informações Afeta a Precisão das Estimativas**

A ausência dessas informações essenciais impacta a precisão das estimativas de forma crítica:



- **Impossibilidade de Cálculos Reais:** Sem o número de beneficiários e os valores definidos dos incentivos, qualquer cálculo de impacto orçamentário seria baseado em suposições arbitrárias, o que invalidaria a estimativa para fins de conformidade com a LRF. A *Lei Complementar n° 101/2000, Art. 14*, exige uma estimativa que seja o mais próximo possível da realidade.

Diante da análise do referido projeto, em sua forma atual, não contém os elementos quantitativos necessários para a elaboração de um estudo de impacto orçamentário-financeiro preciso, conforme exigido pelo *Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal*.

Marcelino Vieira/RN, 11 de novembro de 2025.

**ALDAIR LEITE DA  
SILVA  
FILHO:06900600417**

Assinado de forma digital por  
ALDAIR LEITE DA SILVA  
FILHO:06900600417  
Dados: 2025.11.11 01:13:24 -03'00'

**ALDAIR LEITE DA SILVA FILHO**

Assessoria Contábil  
CRC RN 011535/O